

O ajuste foi para garantir o pagamento da dívida externa

O Plano Cruzado II foi baixado com dois objetivos: conter a deterioração das contas externas e preservar o congelamento dos preços. A informação foi confirmada pelo assessor especial do Ministério da Fazenda, João Manuel Cardoso de Mello. Ele tentou justificar o fato de o governo ter divulgado o **pacote** logo após as eleições dizendo que a situação externa não permitiu esperar mais. Contudo, não explicou por que as medidas não vieram antes do pleito.

Em entrevista ao programa "Bom Dia Brasil", da TV Globo, Cardoso de Mello sustentou que "estávamos correndo um risco altíssimo na área externa". E o governo precisa manter as contas externas em boa situação, para "enfrentar uma longa e difícil negociação com os banqueiros". Alegou que as reservas cambiais estavam caindo a "níveis críticos e perigosos", e que não havia mais como adiar o **pacote**.

Atualmente, as reservas cambiais estão em torno de US\$ 4,5 bilhões, contra os US\$ 9 bilhões do início do ano. Além da magnitude desta queda, o que assustou os técnicos do governo foi a concentração da "queima" de reservas num espaço de tempo muito curto. Do final de setembro até agora, o Banco Central gastou mais US\$ 1,5 bilhão das reservas do País.

Esta sangria foi provocada pela drástica redução do superávit da balança comercial de outubro (apenas US\$ 210 milhões). Novembro deverá apresentar resultado semelhante. Com esta queda, o Banco Central teve que lançar mão das reservas para saldar os compromissos externos.

Cardoso de Mello disse que é favorável ao debate com a sociedade e políticos em torno das medidas econômicas. "Mas a situação se precipitou de tal forma que não tivemos outra escolha a não ser baixar o **pacote** de ajustes."

A demanda explosiva ameaçava tornar inviável a médio prazo a manutenção do congelamento geral de preços. "Se não fizessemos nada, iríamos estourar o congelamento."

Classificou a discussão em torno do novo índice oficial de inflação como "herança de recessão". Para Cardoso de Mello, os trabalhadores, no período de recessão, tinham como única defesa de seus salários o índice de inflação. Mas, com o crescimento, os trabalhadores precisam basear suas reivindicações salariais "em torno de sindicatos livres e fortes, e com amplo direito de greve".